ADMINISTRAÇÃO DOS TERRITÓRIOS — COMPETÊNCIA LEGISLATIVA — CRIAÇÃO DE AUTARQUIAS — PER- SONALIDADE JURÍDICA

— Os Governadores dos Territórios não têm competência legislativa.

— A criação de uma autarquia é ato de natureza legislativa, pois importa na delegação de poderes e de atribuições que ao Estado, por conveniência pública, cumpre exercer.

— A personalidade jurídica ou decorre da lei especial, na forma que prescrever, ou da lei comum, com observância dos trâmites por ela estabelecidos.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

PROCESSO C. E. N. E. N.º 664-43

Recurso de Aloísio Carvalho do ato do Governador do Território do Acre que o demitiu do cargo de secretário da autarquia administrativa "Serviços de Produção Industrial". — Aprovada, em 15-6-45, exposição de motivos, que assim conclui :

"Examinado o assunto na Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais (CENE), o relator da matéria verificou :

a) que a autarquia administrativa "Serviços de Proteção Industrial" foi criada pelo Decreto n.º 80, de 30-5-42 ;

b) que os Governadores dos Territórios não têm *competência legislativa* e não podem baixar leis ou decretos-leis, mas somente decretos executivos e regulamentos para sua execução ;

c) que, ainda recentemente, êsse Ministério, por proposta da aludida Comissão, expediu a êsses Governadores a Circular n.º 43, que contém, entre outras, a seguinte instrução (n.º 7) :

"Ao Presidente da República, por força dos arts. 53 e 180 da Constituição, cabe legislar para os Territórios "no que se referir aos interesses peculiares dos mesmos". Não podem, portanto, os atos dos Governadores *conter matéria de lei*, como seja, *criação de serviços*, repartições ou cargos públicos ; etc. (Rev. de Dir. Administrativo, vol. I, pág. 265) ;

d) que a criação de uma autarquia é ato de natureza legislativa, pois importa na delegação de poderes e de atribuições que ao Estado, por conveniência pública, cumpre ou deve exercer ;

e) que a personalidade jurídica ou decorre da lei especial, na forma que prescrever, ou da lei comum, com observância dos trâmites por ela estabelecidos ;

f) que, no caso em exame, o Governador, por *decreto executivo*, prescreveu nova maneira de administrar os serviços de produção industrial do Território ;

g) que subtraiu bens públicos do regime comum, quanto à sua utilização, guarda e fiscalização, adotou normas de administração do pessoal e previu a hipótese de ressarcimento, pelos cofres públicos, de dívidas contraídas pela nova entidade ;

h) que pretendeu, em suma, *criar* um novo serviço, com atribuições próprias destacadas do serviço centralizado;

i) que a criação da *autarquia*, por decreto de 30 de maio de 1942, é, pois, um ato *nulo*, porque falece ao Governador competência legislativa, o mesmo acontecendo com o cargo de secretário da mesma entidade;

j) que, a despeito do expediente usado, o serviço continuou centralizado isto é, sujeito às regras e princípios que lhe são peculiares;

l) que o recorrente não foi provido em cargo público, na acepção legal, do qual possa decorrer estabilidade ou qualquer prerrogativa atribuída pelo E.F., aos ocupantes de cargos públicos;

m) que, assim, prestou serviços à administração territorial, em situação equívoca e precária, que jamais se poderá confundir com a de ocupante de um cargo público.

Concluindo o seu parecer, que foi unânimemente aprovado pela referida Comissão, o citado relator opinou no sentido de que se negue provimento ao recurso, dada a situação ilegal do cargo ocupado pelo recorrente, e se recomende ao Governo do Território do Acre seja tornado sem efeito o Decreto n.º 80, de 30-5-42.

Nesse mesmo sentido, manifesto-me, salvo melhor juízo de Vossa Excelência.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — *Agamemnon Magalhães*.